

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 183/184

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PSDB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltinho Pupio; SEM PARTIDO - 02: Antonio Carlos Belinati, Moysés Leônidas.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 039ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
11 DE DEZEMBRO DE 2000**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Chico Noroeste e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dezesseis horas e dez minutos, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moisés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (Pela Ordem)

Senhor presidente, equivoquei-me com relação à data do meu requerimento: ele foi protocolado dia 19 de outubro, e foi aprovado em Sessão Plenária dia 02 de outubro, portanto já expirou o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vossa Excelência está coberto de razão. Vou providenciar isto imediatamente.

Com a palavra o deputado Caíto Quintana, no Horário das Oposições.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores deputados.

Apenas para dirimir algumas dúvidas a respeito das questões que temos para o final de ano.

Em primeiro lugar, gostaria de esclarecer que o Projeto de Revisão Constitucional foi publicado no dia 29.11.2000. E, neste Regimento Interno, da revisão constitucional, consta que teremos 45 dias para fazer a votação do primeiro turno, dos quais os primeiros 30 dias serão para emendas de parlamentares e os 15 dias restantes para pareceres sobre as emendas. Como foi publicado no Diário Oficial no dia 29, teremos o transcurso até o dia 15, quando encerra-se o período legislativo, de 16 dias dos 30 abertos para apresentação de emendas.

A Constituição e o Regimento da nossa Casa, diz que durante o recesso parlamentar não conta prazo dos projetos que estejam na Casa. Portanto, a partir do dia 15, encerra-se a contagem de prazo dos 30 dias para apresentação de emendas, que passarão a fluir a partir de 15 de fevereiro do próximo ano. Portanto teremos 14 dias da próxima legislatura, a partir de 15 de fevereiro, ainda para apresentação de emendas.

Acho, então, que os senhores parlamentares terão os meses de dezembro, janeiro e quinze dias de fevereiro para suas assessorias prepararem as emendas que julgarem necessárias ao texto da Constituição. Me parece desnecessário, portanto, neste momento, a prorrogação para 120 dias, porque se não conseguirmos fazer isto e a Assembléia julgar oportuno que se faça mais prazo, poderá requerer ainda em fevereiro, votar em fevereiro e ampliar o prazo para apresentação de emendas.

Então, fica aqui registrado que os prazos não fluem durante o recesso. Teremos, portanto, para apresentação de emendas, 14 dias ainda do mês de fevereiro do ano que vem, por força do Regimento Interno.

Segunda questão: todos os senhores parlamentares - e aqui, deputado Orlando Pessuti, quero lhe dizer que quando sugeri ao senhor presidente que, numa Sessão Extraordinária de amanhã se fizesse a discussão, não é a discussão regimental, é para que possamos pegar este Regimento, confrontando com o Regimento que está em vigor, e analisar, artigo por artigo, quais as modificações que foram feitas.

Porque, se Vossas Excelências olharem as cópias que têm em mãos, aquilo que está em negrito, está sublinhado, foi o que foi mudado. No original está em vermelho mas, como na gráfica não tira em cores, fica em preto, mas, apenas é para chamar a atenção. O artigo 1º do dispositivo que os senhores têm em mãos, consta lá - artigo 1º: “A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com sede na Capital do Estado funciona no Palácio 19 de dezembro” - vejam que embaixo tem artigo 1º, repetido, em preto - “a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná com sede na Capital do Estado funciona no Centro Legislativo Presidente Anibal Khury” - por quê? Porque houve uma lei que mudou o nome do Centro Legislativo do Paraná e assim sucessi-

vamente. Todas as mudanças que aconteceram neste Regimento Interno constam em preto e sublinhado para que se possa fazer e traz junto como era antes e como está sugerindo agora.

Então, acho que com uma discussão, podem perceber Vossas Excelências que não são tantas as mudanças, poderemos facilmente entender que estamos atualizando o nosso Regimento Interno, inclusive criando a figura do Corregedor da Assembléia, que é uma coisa que durante muito tempo se imaginou poder fazer, consta do Regimento. As alterações que já foram feitas, a forma das votações, tudo disciplinado e poderemos, a partir de amanhã, discutir isto com muita profundidade, com muita seriedade. Se tivermos que deixar para votar em fevereiro - isto é uma decisão da Mesa, mas que gostaria que na sessão de amanhã os deputados participassem munidos desta cópia, porque perceberão que com grande facilidade poderemos identificar quais são as mudanças e se concordamos com elas.

De outra forma, gostaria de pedir à Mesa e aos nobres parlamentares, que déssemos prosseguimento urgente a um projeto de emenda constitucional que estamos apresentando no dia de hoje, com o apoio da grande maioria dos parlamentares que a Assembléia Legislativa, a partir do ano que vem, recebe em duodécimos até o dia 20 de cada mês a parte que lhe cabe no Orçamento do Estado. Não é possível que esta Casa tenha votado isto para o Tribunal de Contas, para o Tribunal de Justiça e só a Assembléia Legislativa só o Poder Legislativo é que precisa, a cada final de mês, ficar insistindo, ligando, mendigando para que os recursos de pagamento dos nossos servidores, dos nossos funcionários, das despesas correntes da Assembléia sejam liberados pelo Tesouro do Estado.

Então, nesta mudança constitucional fica determinado que até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, tenha que ser transferido para a Assembléia Legislativa o recurso que lhe couber no orçamento do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Feito o esclarecimento pelo deputado Caíto Quintana, acho que fica bem clara a intenção de discutir amanhã, o Regimento Interno na Sessão Extraordinária.

Não havendo expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 088/2000, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública o Ministério Recanto Maranata, com sede e foro no município de Londrina. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 088/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Ministério do Recanto Maranata, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30.11.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 384/2000, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Motoristas de Pitanga-AMOPITAN, com sede e foro no município de Pitanga. **Aprovado.**

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 169/2000, de autoria do deputado Antonio Baratter que torna obrigatório que a concessionária de serviço público de telefonia fixa no Estado do Paraná, responsável pela emissão da fatura telefônica, discrimine na fatura de cobrança telefônica, informações detalhadas referentes aos pulsos efetuados pelo consumidor e dá outras providências. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J.. E FAVORÁVEL DA C.O.P.T.C.. **Aprovado (Publ. no D.A. nº 062, de 29.05.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 169/2000

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Antonio Baratter, tem por finalidade tornar obrigatório que a concessionária de serviço público de telefonia fixa no Estado do Paraná, responsável pela emissão da fatura telefônica, discrimine na fatura de cobrança telefônica, informações detalhadas referentes aos pulsos efetuados pelo consumidor e dá outras providências.

A matéria ventilada no presente projeto é de competência da privativa da União, conforme dispõe o artigo 22, inciso IV, da Constituição Federal.

“Art. 22 - Compete privativamente à União legislar sobre:

IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;”

Ademais, de acordo com o disposto no artigo 16, inciso V, do anexo I do decreto nº 2.338, de 07 de outubro de 1997, (Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações e dá outras providências), sendo de competência da Anatel legislar sobre a matéria aqui ventilada. Senão vejamos.

“Art. 16 - À Agência compete adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras, atuando com independência, imparcialidade, legalidade, impessoalidade e publicidade, e especialmente:

V - exercer o poder normativo relativamente às telecomunicações.”

A louvável proposta do nobre deputado é também o anseio de muitos consumidores que não sabem o que estão pagando bem como a quantidade consumida deste serviço.

O que não pode ocorrer é que a lacuna na legislação vigente, venha a ser regulamentada de modo errôneo, ou seja, via lei estadual, o que não se admite.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nosso Parecer é Contrário a este projeto de lei, ante a sua inconstitucionalidade e ilegalidade.

Sala das Comissões, em 07.11.2000.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**
PROJETO DE LEI Nº 169/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Antonio Baratter, o presente plano de lei torna obrigatório que a concessionária de serviço público de telefonia fixa no Estado do Paraná, responsável pela emissão da fatura telefônica, discrimine na fatura de cobrança telefônica, informações detalhadas referentes aos pulsos efetuados pelo consumidor e dá outras providências.

Fundamentação

Os números atuais demonstram grande insatisfação dos consumidores com a companhia telefônica.

Tal iniciativa pretende criar mecanismos que permitam ao consumidor da telefonia fixa, controlar eficazmente sua fatura telefônica, com individualização da ligação (data, horário, telefone chamado, duração e valor da chamada), a exemplo do que ocorre atualmente com a telefonia móvel celular. Todo cidadão deve ter direito à transparência nas faturas, deve ter ele condições de conferir as ligações cobradas, a fim de saber se condizem ou não com as efetivamente realizadas.

As faturas atuais devem ter informações corretas, claras, explicativas e precisas para que o consumidor saiba exatamente o que está pagando.

Conclusão

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, § 6º do Regimento

Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer Favorável ao Projeto de Lei nº 169/2000.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 22.11.2000.

(aa) **EDSON STRAPASSON** - Presidente
DIVANIR BRAZ PALMA - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 416/2000, de autoria dos deputados Beraldin e Basílio Zanusso, que altera as leis que criaram os municípios de Altônia, Guaíra, Icaraíma, Marilena, Porto Rico, Querência, São Jorge do Patrocínio, São Pedro do Paraná e Vila Alta. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 175, de 04.12.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 416/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria dos deputados Basílio Zanusso e Beraldin, que altera as leis que criaram os municípios de Altônia, Guaíra, Icaraíma, Marilena, Porto Rico, Querência, São Jorge do Patrocínio, São Pedro do Paraná e Vila Alta.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somo de parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 06.12.2000.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

O SR. EDSON STRAPASSON (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu fiz por escrito um requerimento daqueles dois projetos, 404 e 405, da sessão anterior, e acabou não entrando em votação. Gostaria de saber se foi protocolado ou não foi.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não, aquilo é despacho do presidente. Não é votado. De qualquer maneira os projetos irão à Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 12, logo após a sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 155/99; 173 e 282/2000

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 169 e 416/2000

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/2000

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 032/2000.

Levanta-se a sessão.